

Diálogos inconvenientes no Palácio do Jaburu: a midiatização do escândalo político no Jornal Nacional

*Inconvenient dialogues at the Jaburu Palace: the mediatisation of
political scandal in the Jornal Nacional*

*Diálogos inconvenientes en el Palacio Del Jaburu: la mediatización del
escándalo político en el Jornal Nacional*

Carla Montuori FERNANDES

Universidade Paulista / carla_montuori@ig.com.br

Luiz Ademir DE OLIVEIRA

Universidade Federal de São João del-Rei / luizoli@ufsj.edu.br

Genira CORREIA CHAGAS

Universidade Estadual Paulista / genirachagas@uol.com.br

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación

N.º 146, abril-julio 2021 (Sección Diálogo de saberes, pp. 279-302)

ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X

Ecuador: CIESPAL

Recibido: 01-07-2019 / Aprobado: 13-04-2021

Resumo

A corrupção, principalmente quando praticada por líderes políticos, torna-se um dos principais elementos do escândalo político-midiático. Com base nesta premissa, este artigo busca analisar o protagonismo do Jornal Nacional no escândalo político envolvendo o Presidente da República Michel Temer (MDB) e a JBS, produtora de proteína animal. Como amostra, serão analisadas as reportagens exibindo os áudios do diálogo entre Temer e Joesley Batista, acionista da empresa, do período que compreende o início do vazamento na mídia, em 17 de maio de 2017, até 27 de junho, data em que o presidente foi indiciado formalmente pela Procuradoria Geral da República. Presume-se que o JN tenha investido na divulgação diária do evento, com reprodução sistemática dos áudios, mantendo o escândalo em evidência, com o intuito de comprometer a imagem política do presidente peemedebista.

Palavras-chave: escândalo político; comunicação política; telejornalismo; jornal nacional

Abstract

This essay discusses the relation between knowledge, comprehension and culture, identifies the epistemological and intersubjective roots in the notion of comprehension and stresses some of the bonds between the studies on culture and comprehension as a method. Based on Montaigne's, Medina's, Morin's and others' critique of the fragmentation of scientific knowledge, the paper charts the path treaded by several authors who have contributed for the concept of comprehension as a method to link, unite, gather lore and knowledge. In dialogue with scholars of several fields, i.e. Arendt, Buber, Campbell, Weber, Popper, Latour and Bakhtin, we present the dialog between different practices of knowledge as a way for knowing, communicating and participating in cultures.

Keywords: political scandal. political communication. television journalism; jornal nacional

Resumen

La corrupción, principalmente cuando es practicada por líderes políticos, se convierte en uno de los principales elementos del escándalo político-mediático. Con base en esta premissa, este artículo busca analizar el protagonismo del Jornal Nacional en el escándalo político involucrando al Presidente de la República Michel Temer (MDB) y la JBS, productora de proteína animal. Como muestra, se analizarán los reportajes exhibiendo los audios del diálogo entre Temer y Joesley Batista, accionista de la empresa, del período que comprende el inicio de la filtración en los medios, el 17 de mayo de 2017, hasta el 27 de junio, fecha en que el presidente fue indiciado formalmente por la Procuraduría General de la República. Se presume que el JN ha invertido en la divulgación diaria del evento, con reproducción sistemática de los audios, manteniendo el escándalo

en evidencia, con el propósito de comprometer la imagen política del presidente peemedebista.

Palabras clave: escándalo político; comunicación política; periodismo de televisión; jornal nacional

1. Introdução

A história do Jornal Nacional foi marcada por inúmeras circunstâncias que evidenciam o enquadramento oficialista ou “pró-governo” do noticiário, manifestas por meio de representações favoráveis a determinados grupos políticos, ao lado da depreciação de “personagens” que não detêm seu apoio. Lima (2006) destacou alguns episódios relevantes, como a preferência das Organizações Globo pelo candidato Fernando Collor de Mello (PRN), manifesta na reedição do último debate entre os então candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Collor, no segundo turno das eleições presidenciais de 1989; o apoio à eleição e à reeleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1994 e 1998, e a tentativa de minimizar a euforia em torno da reeleição de Lula, em 2006, sobretudo por meio da desqualificação do PT durante o escândalo do mensalão. Liziane Guazina (2011) identificou uma cobertura enviesada do escândalo do mensalão no JN, na medida em que o telejornal se apoiou em uma “cobertura adversária” à política, especialmente ao governo Lula e aos políticos que o apoiavam.

Entende-se que os escândalos midiáticos possuem uma importância vital na disputa política, pela capacidade de esvaziar o capital simbólico do qual o exercício do poder político é dependente. Na esfera televisiva, os escândalos assumem uma visibilidade impactante na construção da imagem dos agentes políticos envolvidos, de forma negativa ou positiva, tendo em vista, conforme elucida Martín Barbero (2000), que o papel mais importante que a televisão cumpre como mídia dominante na contemporaneidade decorre da possibilidade de construir a realidade, por meio da representação que faz nos seus telejornais, da própria política e dos políticos. Nesse contexto, Lima (2006) valoriza sua atuação ao lembrar que é por meio da televisão que a política é construída simbolicamente e adquire significado.

No Brasil, a televisão ainda desfruta de significativa importância, dado ser o veículo que possui maior adesão nacional. Pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal – SECOM (Brasil, 2016) aponta que a TV é a mídia preferida por 63% dos entrevistados; seguida da internet, com 26%, e do rádio com apenas 7%. Jornais têm apenas 3% de preferência.

Nesse sentido, a discussão assume relevância no contexto brasileiro. Parte significativa da informação que o telespectador recebe vem da televisão, mídia de acesso às notícias e ao entretenimento para grande parte da população. Essa informação chega, principalmente, pelos telejornais, considerado um dos

gêneros noticiosos mais importantes. Em circunstâncias de escândalos político, é comum que os telejornais se mobilizem em torno da perseguição ao furo e da novidade jornalística, elementos que servem para alimentar novas denúncias e consolidar um enredo para prender o telespectador.

Os escândalos políticos tiveram uma visibilidade amplificada na mídia brasileira nestes tempos de Lava Jato, operação capitaneada da Polícia Federal. Iniciada em março de 2014, a Lava Jato tinha por objetivo averiguar uma rede de doleiros que atuava em vários estados. No decorrer das apurações, foi descoberto um amplo esquema de corrupção na Companhia de Petróleo Brasileiro (Petrobras), envolvendo políticos de inúmeros partidos, entre os quais PMDB e PT, e algumas empreiteiras em operação no país. Com a divulgação dos partidos envolvidos, caciques de diversas legendas encabeçaram uma campanha para romper a unidade política de coalizão da presidente Dilma Rousseff (PT), que havia sido reeleita em 27 de outubro de 2014. Foi um dos fatores que desencadearam a crise política e institucional que levou à aprovação do impeachment da petista em 31 de agosto de 2016, quando o vice Michel Temer (MDB) assumiu o governo definitivamente.

Temer, no entanto, assumiu o governo sob protestos de movimentos sociais e de partidos de esquerda que argumentaram tratar-se de um golpe, por ter rompido com as regras do jogo democrático. Até mesmo cientistas políticos analisam o impeachment como uma articulação de forças do Legislativo e do Judiciário, com amplo apoio da grande imprensa brasileira e das elites e de boa parte da classe média descontente com o governo Dilma (Souza, 2016; Santos, 2017).

Apesar da forte sustentação no Congresso Nacional, contando com uma ampla base aliada, nos primeiros meses, de mais de 400 congressistas, o governo Temer tem sido alvo de sucessivas denúncias de corrupção envolvendo seus ministros. Em 10 de dezembro de 2016, vazou na imprensa delação de Cláudio Melo Filho, da empreiteira Odebrecht que atingiu Temer, o primeiro escalão do seu governo e parlamentares da base aliada. O presidente foi acusado de solicitar 10 milhões de reais para a campanha do PMDB em 2014. Em 30 de abril, segundo pesquisa Datafolha, Temer alcançou um alto índice de impopularidade com rejeição de 85% da população brasileira (Datafolha, 2017).

Um amplo escândalo político envolvendo Temer foi veiculado pelo colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, em 17 de maio de 2017. Em acordo firmado com a Procuradoria Geral da República (PGR), um dos donos da JBS, Joesley Batista, gravou conversa extraoficial com o presidente Temer, ocorrida no Palácio do Jaburu em 13 de março, às 22h40. A gravação de 40 minutos expôs o aval de Temer para que Joesley Batista continuasse pagando mesada para o ex-deputado Eduardo Cunha (MDB) e o operador Lúcio Funaro, com o objetivo de que eles não fizessem acordo de delação premiada para deixar a prisão. O áudio também trouxe a anuência de Temer para a compra do silêncio de juizes, quando Joesley comunica ao presidente que está obstruindo a justiça com vantagens ilícitas.

O episódio da maior tensão evoluiu a indicação do assessor direto de Temer, o então deputado federal Rodrigo Rocha Loures (MDB), para agir em nome dos interesses da JBS. No áudio, o presidente apontou ser Loures a figura de sua mais estreita confiança.

A crise política se agravou quando vídeos da operação da Polícia Federal flagram Rocha Loures recebendo uma mala com R\$ 500 mil da JBS, como suposto acerto de propina. Os conteúdos da ação ganharam visibilidade nos meios de comunicação, fomentando o escândalo político e ampliando a crise do governo Temer.

Entre os veículos de comunicação que mais enfatizaram o evento merece destaque o JN. O áudio utilizado pelo delator Joesley como parte da denúncia contra Temer obteve repercussão ampliada no telejornal. Enquanto Temer empenhava-se em contratar peritos para questionar a legitimidade do material, o JN insistia em exibir os conteúdos, conscientes, como bem definiu Thompson (2002), de que imagens e áudios empregados como evidências conferem maior veracidade ao acontecimento e inviabilizam a capacidade de negá-las, dado que não se restringem apenas a formas relativamente efêmeras e contestáveis de acusações.

O protagonismo do JN no escândalo político envolvendo o presidente Temer e os donos da JBS é o objetivo deste artigo. Para evidenciá-lo, será analisada a narrativa que o telejornal estabeleceu em torno do áudio da denúncia, buscando responder como o JN, por meio das evidências fixadas em bens duráveis (áudio e vídeo), intensificou o escândalo em torno do presidente peemedebista. Como amostra serão analisadas as reportagens exibindo o diálogo entre Temer e Joesley, do período que compreende o início do vazamento dos áudios na mídia, em 17 de maio, até 27 de junho de 2017, data em que o presidente foi indiciado formalmente pela Procuradoria Geral da República. Presume-se que o JN tenha investido na divulgação diária do evento, com reprodução sistemática dos áudios, buscando manter o escândalo em evidência e supostamente comprometer a imagem política do presidente.

Para tal, recorre-se à Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). São trabalhadas como categorias de análise a partir da midiaticização ampliada do fato: (1) o escândalo político e midiático; (2) o papel sentenciador do JN e a repercussão do escândalo; (3) a disputa pela autenticidade das fitas e dos áudios; (4) o mistério das malas com dinheiro das propinas; (5) a apuração e investigação do escândalo. Ao todo, as 32 reportagens foram ao ar durante 7 semanas, totalizando 2 horas, 33 minutos e 48 segundos da cobertura do telejornal.

2. Marco Teórico

Independente das suas particularidades, escândalo caracteriza-se como um acontecimento que envolve, principalmente, a transgressão de valores, normas ou códigos morais. Não obstante, Thompson (2002) elucida que tais valores,

normas e condutas sofrem alterações e são ressignificados em função de contextos sócio históricos, culturais e morais.

Autores como (Lull e Himerman, 1997, Garrard e Newell, 2006) estreitaram o conceito de escândalo ao campo político, considerando os eventos nos quais os atores políticos são personagens centrais. Sanchez aponta que os escândalos políticos causam intensa indignação social quando envolve atores no gozo de cargo público e investido de confiança social. (2004 apud Rosa, 2011, p. 1167).

Já Waisbord (2000) e Thompson (2002) sustentam a noção de que o escândalo pode ser melhor compreendido no atual contexto de visibilidade das mídias. Segundo os autores, desde o surgimento da imprensa, os escândalos políticos assumem uma nova configuração, considerando que facilmente ganham os holofotes da imprensa. Thompson (2002) esclarece que a abertura da comunicação constitui o modo principal de propagação dos escândalos políticos, uma vez que possibilita capacidade de deslocamento do universo local e nacional para acontecimento com visibilidade global. O autor descreve tais escândalos como eventos midiáticos, ao identificar que “a apresentação através da mídia, e o comentário na mídia, não são características secundárias ou acidentais dessas formas de escândalos: elas são parte constitutiva deles” (Thompson, 2002, p. 91).

Conforme aponta Thompson (2002), um ato de corrupção transforma-se em escândalo político-midiático pela capacidade de transgredir valores morais, violar regras e infringir convenções ou leis. Mas, sobretudo, pelo interesse dos veículos de comunicação na produção de bens simbólicos que tenham caráter espetacular e prendam a atenção do público. Os escândalos políticos, nos quais a corrupção individual ou sistêmica está incluída, segundo Azevedo (2010), constituem umas das principais matérias primas do jornalismo político moderno e são explorados com volúpia por conta do papel de defensora da sociedade e responsável por vigiar o Estado (teoria do cão de guarda), ou em função do valor-notícia, sempre atrelado ao mercado e a busca de mais audiência e venda de jornal.

Gomes (2004), por sua vez, ao discutir o jornalismo e sua espetacularização, argumenta que o espetáculo está relacionado ao fato de que a mídia funciona a partir de três subsistemas: o drama (com enredos e personagens), a ruptura das regularidades (traz sempre o novo, o inesperado) e a diversão (o caráter de entretenimento). Nesse sentido, os escândalos políticos têm alto grau de noticiabilidade e uma forte carga espetacular, por romperem com as regularidades e acionarem uma dimensão dramática aos fatos.

Com base no conceito de midiática ampliada, pretende analisar como o escândalo político envolvendo Temer foi reproduzido sistematicamente pelo JN, tendo por base evidências fixadas em bens duráveis, a saber: o áudio do diálogo entre o presidente Temer e o executivo da JBS, Joesley Batista.

Se para alguns autores a mídia ocupa um espaço de centralidade da vida social (Lima, 2006), há um debate mais atual sobre o crescente processo de

midiatização, já que a mídia está disseminada no cotidiano dos indivíduos, alterando a lógica de funcionamento da própria sociedade. A influência da mídia sobre os campos sociais faz emergir a dualidade do processo no qual ela atua como uma instituição social com todos os direitos, como também percorre as práticas das demais instituições. Nessa linha, Fausto Neto (2008) argumenta que já não se trata mais de apontar a centralidade da mídia na tarefa de organizar a vida social e os processos de interação entre os campos sociais, “mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessadas e permeadas por pressupostos e lógicas do que se denominaria a ‘cultura da mídia’” (Fausto Neto, 2008, p.92).

Fausto Neto (2010) assinala que, na sociedade midiatizada, há a percepção de que os receptores são ativos e a circulação passa a ser vista como o espaço do reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação. A mídia como arena pública constitui-se num espaço de maiores possibilidades de ocorrência interacional, na prática social, além de possibilidades de descobertas no processo de investigação científica, como salienta Fausto Neto (2010).

Na contemporaneidade, os campos sociais se autonomizaram e se tornaram consolidados enquanto estruturas hierarquicamente definidas (Bourdieu, 1989). Entretanto, na sociedade midiatizada, o funcionamento rígido desses campos torna-se desarticulado. Nesse sentido, Thompson (2002) aponta que os meios de comunicação obrigam atores de diferentes setores a adaptarem seus comportamentos para se ajustar aos valores e formatos impostos.

Em contextos de escândalos políticos, Thompson (2002) adotou o conceito de midiatização ampliada, como forma de definir a reprodução de uma informação escandalosa, que fixada em evidências duráveis, são reproduzidas em inúmeras ocasiões e por diversos veículos de comunicação, alimentando um processo que, apesar das tentativas de limitar o prejuízo de imagem para os indivíduos envolvidos, pode facilmente fugir do controle.

3. Análise de conjuntura

O processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT) teve início com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB), de denúncia pautada em alegações de crime de responsabilidade oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. Aceita a denúncia, a Câmara dos Deputados formou uma comissão que analisou o pedido de impeachment. O processo seguiu, a comissão votou por seu cabimento e o encaminhou ao plenário da Câmara, que votou por sua admissibilidade e continuidade em 17 de abril de 2016. Do início ao julgamento final foram diversos ritos, com reviravoltas e fatos novos. Em 18 de abril de 2016, o processo seguiu para o Senado Federal.

Em menos de um mês, no dia de 12 de maio, os senadores aprovaram a admissibilidade do afastamento da presidente. Dilma deixou temporariamente o cargo. Em seu lugar, assumiu interinamente o vice-presidente Michel Temer, do MDB, partido mais forte da coalizão eleitoral que elegeu a presidente petista. O rito do impeachment seguiu para o julgamento final no Senado Federal com a condução do então Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Ricardo Lewandowski, em 31 de agosto de 2016. Com 61 votos favoráveis e 20 contrários, o Senado considerou que Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade e determinou a perda de seu mandato. Temer tornou-se presidente do país, em um processo que ressoou como um golpe para autores como Souza (2016) e Santos (2017), além de ser acusado de trair a aliança anteriormente firmada com Dilma e o PT, nas eleições presidenciais de 2014.

Temer assumiu sob o pretexto de tirar o país da crise econômica. Segundo o economista Marcio Pochmann (2017), o condomínio de interesses dominantes que viabiliza o governo Temer desde o ano de 2016 parte do princípio de que o atraso brasileiro se deve a insistência do povo em participar do orçamento público. Medidas de austeridade, como a PEC 241, que determinou um teto para os gastos públicos em saúde e educação, congelados por 20 anos, reformas trabalhistas e previdenciárias tornaram-se as principais metas do presidente peemedebista.

Nos bastidores políticos, a saída de Dilma também funcionaria para minimizar os impactos da Operação Lava Jato e frear as ações e investigações da Polícia Federal, que atingia diariamente os parlamentares com novas denúncias de corrupção. Temer assume seu primeiro mandato presidencial com os desafios de diminuir o desemprego, emplacar uma agenda neoliberal e impopular e supostamente limitar os avanços da Polícia Federal contra políticos que compõem os partidos da base aliada e o alto escalão do PMDB. Em 17 de maio de 2017, uma gravação envolvendo o presidente Michel Temer ganhou a imprensa nacional. O conteúdo, altamente comprometedor, tornou-se um dos pontos cruciais para o início da investigação e abertura de um inquérito criminal que poderia culminar com seu afastamento.

O conteúdo da gravação, por vezes inaudível, tornou-se o principal elemento do escândalo político envolvendo Temer e seu assessor Loures, e foi reproduzida pelo JN em 32 reportagens, no período de 17 de maio até 27 de junho. Seguem abaixo as reportagens veiculadas pelo telejornal, em ordem cronológica.

4. Resultados e Discussões

4.1 Metodologia e Corpus de Análise

Para compreender a narrativa jornalística, recorreremos à análise de conteúdo (Bardin, 2011) e às três etapas que compõem essa metodologia. Segundo a autora (2011), esta primeira fase possui três fases, a saber: a escolha dos documentos a

serem analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos, além da elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Na primeira etapa será realizada a seleção das reportagens cuja temática aborda a reprodução dos áudios envolvendo o Presidente Temer e os executivos da JBS. Para formulação da hipótese, tem-se como pressuposto que o JN privilegiou uma narrativa que colocou o escândalo em evidência, sobretudo pela reprodução sistemática das gravações durante o período de análise. Nesse sentido, como indicadores, foram selecionadas as evidências físicas, ou seja, as gravações de áudio, vídeos e recursos gráficos, que foram utilizadas pelo telejornal para sustentar o escândalo político.

Na etapa nomeada de exploração do material, as unidades de análise foram agrupadas, com base nos indicadores definidos na etapa anterior. Conforme esclarece Bardin (2011, p. 127) “esta fase, [...], consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”. Dessa forma, submeteremos as reportagens a uma decupagem narrativa, com base em imagens e textos retirados do site <jornalnacional.globo.com>. Na terceira e última etapa, os resultados obtidos foram interpretados e comparados à luz do contexto do escândalo político. Priorizou-se a análise do conteúdo textual das reportagens, tendo em vista a centralidade que os áudios ocuparam na denúncia contra Temer. Apesar de as imagens serem um elemento essencial do telejornalismo, neste caso, não foi feita uma análise de imagens ou semiótica, em função dos objetivos da investigação proposta no artigo.

Feito um mapeamento das 32 reportagens que foram ao ar no JN durante os 44 dias, partiu-se para as seguintes categorias de análise tanto quantitativas como qualitativas: (1) Miatização ampliada do escândalo da gravação da JBS: a circularidade da denúncia e o seu caráter dramático com base em cinco tópicos: (a) o escândalo político e midiático; (b) o papel sentenciador do JN e a repercussão do escândalo; (c) a disputa pela autenticidade das fitas e dos áudios; (d) o mistério da mala com o dinheiro das propinas; (e) a apuração e investigação do escândalo.

4.2 Miatização ampliada do escândalo da gravação da JBS: a circularidade da denúncia

Como pode ser evidenciado a partir de uma análise quantitativa e qualitativa, houve uma miatização ampliada do escândalo da gravação da JBS envolvendo o dono da empresa e o presidente Michel Temer (MDB). Durante 44 dias, o Jornal Nacional divulgou 32 reportagens sobre o caso, remetendo a uma circularidade temporal e demarcando uma dramaturgia que marcou o escândalo político e midiático, conforme tabela 1.

TABELA 1. Reportagens do JN sobre o áudio do Presidente Temer (MDB)

Data	Reportagem	Duração
17 de mai.	Dono da JBS grava conversa com Michel Temer, diz O Globo	2min55s
17 de mai.	Investigadores da Lava Jato confirmam informações do Globo	3min12s
18 de mai.	Joesley pediu intervenção de Temer em pendência entre Petrobras e JBS	5min35s
18 de mai.	Em delação, Joesley Batista fala de mesada dada a Eduardo Cunha	2min49s
18 de mai.	Temer abriu caminho para Joesley conseguir acordo de delação	7min15s
19 de mai.	Rodrigo Janot vê indícios de crimes cometidos por Michel Temer	6min42s
19 de mai.	Crise ocupa agenda presidencial após gravação do dono da JBS	2min42s
20 de mai.	Presidente Michel Temer pede suspensão da investigação	46s
20 de mai.	Peritos analisam fita com conversa entre Michel Temer e Joesley Batista	11min22s
Semana 1	Reportagens - Total	43min18s
22 de mai.	Perito contratado por Temer vê 'pontos de obscuridade' em gravação	4min36s
22 de mai.	Supremo determina perícia oficial nas gravações de Joesley	5min51s
22 de mai.	Mistério a solucionar: onde foi parar a mala entregue a Rocha Loures	5min4s
23 de mai.	Mala aparece com menos dinheiro do que delator havia informado	7min29s
23 de mai.	Segundo gravador com conversa de Joesley e Temer é entregue à PGR	3min18s
25 de mai.	OAB apresenta na Câmara pedido de impeachment do presidente Temer	4min59s
25 de mai.	Rocha Loures devolve à Justiça os R\$ 35 mil que faltavam em mala	2min48s
26 de mai.	Janot pede autorização ao STF para ouvir Temer sobre gravações da JBS	6min32s
Semana 2	Reportagens - Total	40min37s
30 de mai.	Supremo autoriza PF a interrogar Temer no caso das gravações da JBS	2min16s
31 de mai.	Gravação mostra que Rocha Loures defendeu interesses de empresa	3min14s
01 de jun.	Joesley tentou segundo encontro com Temer, mostram mensagens	5min39s
Semana 3	Reportagens - Total	11min9s
05 de jun.	PF envia 84 perguntas a Michel Temer sobre delações da JBS	4min47s
06 de jun.	Temer ganha mais tempo para responder às perguntas da PF	5min40s
Semana 4	Reportagens - Total	10min27s
14 de jun.	Cunha presta depoimento sobre gravações da JBS envolvendo Temer	2min36s
16 de jun.	Joesley confirma à PF declarações sobre Temer e Rocha Loures	3min02s
Semana 5	Reportagens - Total	5min38s
20 de jun.	PF afirma que provas mostram 'com vigor' que Temer praticou corrupção	7min48s
21 de jun.	PF recupera conteúdo apagado de celular de Rocha Loures	4min25s
23 de jun.	Perícia nas gravações de Joesley e Temer conclui que não houve edição	2min07s
24 de jun.	Perícia do áudio de Temer com dono da JBS chega segunda (26) à PGR	6min14s
Semana 6	Reportagens - Total	20min34s
26 de jun.	PF vê indícios de que Temer deu aval para comprar silêncio de Cunha	3min21s
27 de jun.	Denúncia contra Temer após delação da JBS deixa Brasília ainda mais tensa	5min50s
27 de jun.	Além das delações, gravações foram usadas para fundamentar denúncia	4min51s

27 de jun.	Presidente da OAB analisa para o JN trechos recuperados das gravações	8min03s
Semana 7	Reportagens - Total	22min5s
Total	Reportagens	

Fonte: Jornal Nacional

Fazendo um mapeamento das reportagens, observa-se que a cobertura ocupou 7 (semanas) semanas, tendo tido uma visibilidade maior na primeira semana, quando o escândalo foi denunciado no Jornal O Globo até a denúncia chegar à Procuradoria Geral da República (PGR). No entanto, se na primeira e segunda semanas, houve uma maior intensidade da cobertura, o JN não deixou de tratar do assunto durante as cinco semanas seguintes, mantendo o escândalo em pauta. Na primeira semana de divulgação das gravações do dia 17 de maio (quarta-feira) a 20 de maio de 2017 (sábado), foram divulgadas 09 reportagens (28,13% do total). Na segunda semana, foram 08 reportagens (25%), distribuídas entre o dia 22 de maio (segunda-feira) a 26 de maio (sexta-feira). A terceira semana, de 30 de maio (terça-feira) a 01 de junho (quinta-feira), contou com 03 reportagens apenas (9,37%). Na quarta semana, foram 02 reportagens (6,25%), nos dias 05 e 06 de junho, segunda e terça-feira, respectivamente. A quinta semana manteve no ar 2 reportagens (6,25%), nos dias 14 de junho (quarta) e 16 de junho (sexta-feira). Na sexta semana, voltou a crescer, com 04 reportagens (12,5%), sendo nos dias 20 (terça-feira), 21 (quarta-feira), 23 (sexta-feira) e 24 de junho (sábado). Por fim, na última semana, quando a denúncia foi encaminhada à Procuradoria Geral da República, também foram 04 reportagens (12,5%), sendo 01 no dia 26 de junho (segunda-feira) e 03 no dia 27 de junho de 2017, conforme tabela 2.

TABELA 2. Distribuição das reportagens ao longo das semanas

Semanas e Datas	Número de Reportagens	Percentual (Reportagens)	Duração	Percentual (Tempo)
1ª Semana (17, 18, 19 e 20 de maio)	09	28,13%	43min18s	28,2%
2ª Semana (22, 23, 25 e 26 de maio)	08	25%	40min37s	26,4%
3ª Semana (30 e 31 de maio e 01 de junho)	03	9,37%	11min9s	7,3%
4ª Semana (05 e 06 de junho)	02	6,25%	10min27s	6,8%
5ª Semana (14 e 16 de junho)	02	6,25%	05min38s	3,6%
6ª Semana (20, 21, 23 e 24 de junho)	04	12,5%	20min34s	13,3%
7ª Semana (26 e 27 de junho)	04	12,5%	22min5s	14,4%
Total	32	100%	2h33min48s	100%

Fonte: Elaboração própria

Conforme pode ser observado na tabela 2, a cobertura noticiosa deu grande ênfase ao escândalo político e midiático, principalmente, na primeira e segundas semanas, depois manteve o assunto em pauta com um espaço menor, até ampliar novamente no período que culmina no encaminhamento da

denúncia à Procuradoria Geral da República. Em termos de tempo de duração das reportagens dedicadas aos assuntos, os números são bem ilustrativos: 1ª Semana (17 a 20 de maio), com 43 minutos e 18 segundos (28,2% do total); 2ª Semana (22 a 26 de maio), com 40 minutos e 37 segundos (26,4%); 3ª Semana (30 de maio a 01 de junho), com 11 minutos e 9 segundos (7,3%); 4ª Semana (05 e 06 de junho), com 10 minutos e 27 segundos (6,8%); 5ª Semana (14 e 16 de junho), com 5 minutos e 38 segundos (3,6%); 6ª Semana (20 a 24 de junho), com 20 minutos e 34 segundos (13,3%); e, finalmente, na última semana (26 e 27 de junho), com 22 minutos e 5 segundos (14,4%).

Quanto à circularidade do escândalo e o seu caráter dramático, podem ser apontadas, a partir da nossa categorização de fases da midiática ampliada, mantendo o fato em evidência de forma extensiva. Foram divididos nos seguintes episódios: (1) o escândalo político e midiático (08 reportagens) – divulgam e denunciam o escândalo de corrupção a partir da gravação de um áudio com a conversa entre o presidente Michel Temer (MDB) e o dono da JBS, Joesley Batista, tratando de pedidos de interferência do presidente junto a Petrobras e, em contrapartida, a negociação de mesadas ao ex-deputado Eduardo Cunha (MDB) para que mantivesse o silêncio por estar preso na Operação Lava Jato; (2) o papel sentenciador do JN e a repercussão do escândalo (05 reportagens) – o Jornal Nacional levou ao ar reportagens apontando a culpa do presidente bem como a repercussão junto à sociedade, representada pela OAB, por exemplo; (3) a disputa pela autenticidade e legitimidade dos áudios das fitas gravadas nas conversas entre Temer e Joesley (05 reportagens) – notícias sobre as perícias que estavam sendo feitas revelando uma disputa entre a autenticidade e supostas edições nas fitas a partir de perícias – peritos ouvidos pelo telejornal, perícia encomendada pelo jornal Folha de S. Paulo e pelo próprio presidente Temer; (4) o mistério da mala com o dinheiro das propinas (03 reportagens) – enfoque na mala que foi entregue ao deputado Rocha Loures (MDB); (5) a apuração e investigação do escândalo do ponto de vista jurídico e legal (11 reportagens) – quando a denúncia é feita e encaminhada à Procuradoria Geral da República (PGR). A tabela 3 mostra como foi a cobertura a partir destas categorias.

TABELA 3. Categorias de análise da cobertura do JN sobre o escândalo da JBS

Categoria	Número de Reportagens	Percentual	Duração	Percentual
1. O escândalo político e midiático	08	25%	33min57s	22,0%
2. O papel sentenciador do JN e a repercussão do escândalo	05	15,6%	20min59s	13,7%
3. A disputa pela autenticidade das fitas e dos áudios	05	15,6%	31min59s	20,8%
4. O mistério das malas com o dinheiro das propinas	03	9,4%	15min21s	10,0%
5. A apuração e investigação do escândalo	11	34,4%	50min32s	33,5%
Total	32	100%	2h33min48s	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado, a categoria “Apuração e investigação do escândalo” teve o maior número de reportagens (11 – 34,4%) e a maior duração (50 minutos e 32 segundos – 33,5%). Em segundo, veio a categoria “O escândalo político e midiático”, com 08 reportagens (25% e um total de 33 minutos e 57 segundos (22%). Em terceiro, aparece “A disputa pela autenticidade das fitas e dos áudios, com 05 reportagens (15,6%) e uma duração de 31 minutos e 59 segundos (20,8%). A quarta categoria acionada – “O papel sentenciador do JN e a repercussão do escândalo” obteve 05 reportagens (15,6%) e uma duração de 20 minutos e 59 segundos (13,7%). Por último, tem a categoria “O mistério das malas com o dinheiro das propinas”, com 03 reportagens (9,4%) e uma duração de 10 minutos.

São discutidas a seguir as chamadas/reportagens que evidenciam a circularidade da narrativa sobre o escândalo envolvendo Temer, em cada uma destas fases.

4.2.1 O escândalo político e midiático

Das 32 reportagens, 8 (oito) trataram de divulgar o escândalo político e midiático como forma de atender tanto aos critérios de noticiabilidade bem como para dar um caráter de ruptura da ordem institucional, com o envolvimento do presidente Michel Temer (MDB) em conversas que apontavam para negociações com o empresário Joesley Batista, da JBS, a fim de obter propinas para intervir em medidas da Petrobras e, em contrapartida, garantir que o empresário mantivesse “mesadas” ao deputado Eduardo Cunha (MDB), preso na Operação Lava Jato, para que ele ficasse em silêncio, evitando uma eventual delação, conforme revela a tabela 4. As reportagens foram divulgadas, principalmente, na primeira semana (dias 17 e 18 de maio, com 05 reportagens), justamente para dar visibilidade ao escândalo, e na segunda semana (23 de maio) e terceira semana (31 de maio e 01 de junho). Representam, portanto, 25% das reportagens.

TABELA 4. O escândalo político e midiático

Data	Título	Duração
17/05/2017	Dono da JBS grava conversa com Michel Temer, diz O Globo	02min55s
17/05/2017	Investigadores da Lava Jato confirmam informações de O Globo	03min12s
18/05/2017	Joesley pediu intervenção de Temer em pendência entre Petrobras e JBS	05min35s
18/05/2017	Em delação, Joesley Batista fala de mesada dada a Eduardo Cunha	02min49s
18/05/2017	Temer abriu caminho para Joesley conseguir acordo de delação	07min15s
23/05/2017	Segundo gravador com conversa de Joesley e Temer é entregue à PGR	03min18s
31/05/2017	Gravação mostra que Rocha Loures defendeu interesses de empresa	03min14s
01/06/2018	Joesley tentou segundo encontro com Temer, mostram mensagens	05min39s
	Total das Reportagens	33min57s

Fonte: Elaboração própria

Na primeira reportagem sobre o tema, veiculada em 17 de maio, o JN dedica duas matérias sobre o áudio da delação premiada de Joesley Batista. Sem acesso ao conteúdo do áudio, as reportagens “Dono da JBS grava conversa com Michel Temer, diz O Globo” e “Investigadores da Lava Jato confirmam informações do Globo” apontam para o fato de o presidente indicar a necessidade de manter a mesada no valor de R\$ 500 mil para garantir o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha e do doleiro Funaro, presos na sede da Polícia Federal, em Curitiba. Diante de um cenário de turbulência e incertezas, a reportagem do JN busca legitimar o “furo” pelas palavras dos investigadores da Lava Jato, que confirmaram os fatos veiculados pelo jornalista Lauro Jardim, no site do jornal O Globo.

No dia 18, após ter acesso aos diálogos entre Joesley e Temer, o JN veiculou três matérias, nas quais publicou na íntegra o conteúdo do áudio. A reportagem “Temer abriu caminho para Joesley conseguir acordo de delação” diz que, em 7 de março, por volta das 22h30, o presidente Temer recebeu, em sua residência oficial, a visita de Joesley Batista, cuja empresa JBS já era investigada em cinco inquéritos. A conversa durou 40 minutos e, segundo aponta a reportagem, revela estratégias e acordos entre o governo e a JBS, como a intervenção do governo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a compra de silêncio de políticos presos e juízes, além de pagamento de propina para o então-presidente, por um período de 20 anos. O JN dispõe de trechos do áudio em que Temer trata da compra do sigilo de Cunha e de dois juízes.

Nas datas posteriores, o JN investiu na midiaticização ampliada do conteúdo do áudio, sustentando a continuidade do escândalo na agenda pública. Thompson (2002) alerta que uma das características mais marcantes dos escândalos políticos veiculados pela mídia é a capacidade de se fixarem os conteúdos do intercâmbio simbólico em bens relativamente duráveis, como áudios, filmes, fotografias e outros meios. Ao investir na reprodução dos áudios, o JN apostou na estratégia de reativar o escândalo.

No dia 23 de maio, a matéria “Segundo gravador com conversa de Joesley e Temer é entregue à PGR”, que trata da perícia oficial da Polícia Federal nas conversas entre ambos, traz trechos da passagem em que o presidente negocia o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, preso na Lava Jato.

No dia 1º de junho de 2017, a reportagem “Joesley tentou segundo encontro com Temer, mostram mensagens” apontou que o executivo Joesley trocou mensagens com Loures, por meio de um aplicativo de mensagens de texto, com o intuito de marcar um segundo encontro com o presidente para tratar de questões relativas à Operação da Polícia Federal, nomeada de Carne Fraca. Trechos do texto divulgado pelo site O Antagonista, em que Loures indica que o encontro poderia ocorrer na segunda ou na terça-feira, são exibidos na reportagem para atestar a veracidade do fato, seguido do envio do número do celular do ajudante do presidente.

Um dado importante levantado nas chamadas referente ao escândalo político e midiático é a ênfase personalista como forma de desconstruir a imagem do

presidente Michel Temer e os personagens envolvidos no fato. Conforme mostra o tabela 5 referente a fontes e personagens citadas, Temer aparece com 19 citações nas 32 chamadas, seguido do empresário Joesley Batista, presidente da JBS, com 11 e, em terceiro, a Polícia Federal (07 aparições), seguido do deputado Rocha Loures (05 citações).

TABELA 5. Fontes e Personagens citados nas Chamadas

Fonte e Personagem	Número de citações	Percentual
1. Presidente Michel Temer (MDB)	19 aparições	33%
2. Joesley Batista – Presidente da JBS	11 aparições	19%
3. Polícia Federal	07 aparições	12%
4. Deputado Rocha Loures (MDB)	05 aparições	8,6%
5. Eduardo Cunha (MDB)	03 aparições	5,2%
6. Supremo Tribunal Federal (STF)	03 aparições	5,2%
7. Rodrigo Janot	02 aparições	3,4%
8. Peritos	02 aparições	3,4%
9. OAB	02 aparições	3,4%
10. Jornal O Globo	01 aparição	1,7%
11. JN	01 aparição	1,7%
12. Petrobras	01 aparição	1,7%
13. Investigadores da Lava Jato	01 aparição	1,7%
Total	58 aparições	100%

Fonte: Elaboração própria

Ao citar constantemente o nome do presidente Michel Temer, num total de 19 aparições somente nas chamadas de um total de 32 reportagens, observa-se o tom personalista e a tentativa de desconstrução de sua imagem. No contexto de passagem do modelo de centralidade da mídia para uma sociedade midiaticizada, percebe-se que o campo político tem procurado resistir a mudanças que interfiram em áreas de poder já consolidadas. No entanto, há uma disputa de imagens públicas que está relacionada com a mídia. Segundo Gomes (2004), o mundo político que veio se estruturando nos últimos tempos baseou-se fortemente na luta pela competição, controle e determinação da imagem de indivíduos, de grupos e instituições políticas. Ou seja, a prática política passou a ser convertida na disputa pela imposição de imagem pública e na disputa pela percepção dessas imagens. “A imagem pública de um sujeito qualquer é, pois, um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam” (Gomes, 2004, p.211). Dessa forma, Temer tem sua imagem atrelada ao escândalo, à corrupção e torna-se alvo de investigação. O seu nome aparece vinculado a dois outros deputados que foram presos na Operação Lava Jato – Eduardo Cunha e Rocha Loures. A imagem

vinculada também ao delator Joesley Batista, da JBS, também reforça o caráter negativo não somente da imagem do presidente, mas de seu governo vinculado a práticas ilegais.

4.2.2. O papel sentenciador do JN e a repercussão do escândalo

Com o escândalo divulgado, o Jornal Nacional atuou não somente como um veículo noticioso, mas procurou já sentenciar e antecipar a responsabilidade do presidente Michel Temer (MDB), além de procurar mostrar a repercussão das denúncias. Nesta categoria, foram divulgadas 05 reportagens, sendo 03 na primeira semana (19 e 20 de maio), uma na segunda semana (25 de maio) e uma na última semana (27 de junho). Representaram 15,6% do total de matérias divulgadas. Como aponta Lima (2006), a mídia tornou-se num importante ator político ao impor agenda, interferir em cenários políticos e tentar construir ou desconstruir imagens públicas dos líderes políticos.

TABELA 6. O papel sentenciador do JN e a repercussão do escândalo

Data	Título	Duração
19/05/2017	Rodrigo Janot vê indícios de crimes cometidos por Michel Temer	6min42s
19/05/2017	Crise ocupa agenda presidencial após gravação do dono da JBS	2min42s
20/05/2017	Presidente Michel Temer pede suspensão da investigação	46s
25/05/2017	OAB apresenta na Câmara pedido de impeachment do presidente Temer	04min59s
27/06/2017	Denúncia contra Temer após delação da JBS deixa Brasília ainda mais tensa	05min50s
	Total - Reportagens	20min59s

Fonte: Elaboração própria

Em 19 de maio de 2017, a matéria “Rodrigo Janot vê indícios de crimes cometidos por Michel Temer” voltou a exibir fragmentos do áudio de Joesley em que a frase “tem que manter isso”, indicando a necessidade de manter a mesada para Cunha, foi reexibida. Na contramão, o jornal Folha de S. Paulo, buscando questionar a veracidade do áudio, contratou Ricardo Caires dos Santos, perito judicial pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que constatou mais de 50 edições ao analisar a gravação. Nesse sentido, a falta de credibilidade do áudio torna-se uma munição para a defesa de Temer, mesmo diante da difícil tarefa de se questionar um conteúdo captado por um gravador. Isso evidencia que, na ocasião das denúncias contra Temer, houve posturas editoriais diferentes da grande imprensa – Globo, por um lado, e outros grupos como Folha que não foi tão incisiva.

A narrativa do JN na edição de 19 de maio ignorou as ações da mídia impressa e apontou apenas a tensão que residia nos arredores do Congresso Nacional, ressaltando ao fim da reportagem: “Crise ocupa agenda presidencial após

gravação do dono da JBS”; e concedeu uma nota em que Procuradoria Geral da República informou que, após uma avaliação técnica da gravação da conversa do dono da JBS com o presidente Temer, foi possível concluir que o áudio revela uma conversa lógica e coerente. Assim, pode-se constatar a tentativa do JN em legitimar os áudios que revelam os crimes cometidos pelo presidente, em total dissonância com os jornais impressos, ao silenciar o resultado dos peritos contratados pelos jornais Folha de S. Paulo e do O Estado de S. Paulo.

A reportagem “OAB apresenta na Câmara pedido de impeachment do presidente Temer”, veiculada em 25 de maio, aponta que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou um pedido de impeachment contra Temer, por identificar crime de responsabilidade no teor da conversa do presidente com o executivo da JBS. Novamente são exibidos trechos em que Temer elogia a atuação de Joesley na compra de dois juízes. A matéria aponta o questionamento da OAB sobre a conduta inadequada do presidente Temer que, diante da declaração, deveria denunciar os crimes que ouviu de Joesley à justiça. A reportagem também ressaltou que após o escândalo foram protocolados, na Câmara dos Deputados, 13 pedidos de abertura de impeachment contra o presidente peemedebista.

No dia 27 de junho de 2017, quando a denúncia foi encaminhada à Procuradoria Jurídica da República (PGR), o Jornal Nacional procurou mostrar a grande repercussão na reportagem intitulada “Denúncia contra Temer após delação da JBS deixa Brasília ainda mais tensa”, revelando um cenário de forte tensão e crise política e institucional gerada pelo escândalo e pelos desdobramentos jurídicos e legais.

4.2.3. A disputa pela autenticidade das fitas e dos áudios

Uma das questões que marcou a cobertura do escândalo foi o posicionamento distinto da Globo e outros conglomerados de mídia, como o grupo Folha de S. Paulo, que não deram uma dimensão tão extensiva ao fato. Isso pode ser evidenciado na disputa pela autenticidade das fitas e dos áudios. O Jornal Nacional procurou mostrar que os áudios não tinham sofrido edições e eram legítimos, ao contrário da Folha que contratou um perito para identificar se tinha existido alterações nas fitas, além do próprio presidente Temer que divulgou perícia apontando “pontos obscuros” nas gravações. Foram veiculadas na primeira semana (01 reportagem no dia 20 de maio), na segunda semana (02 reportagens no dia 22 de maio), na sexta semana (23 de junho) e na última semana (27 de junho) tal disputa pela autenticidade foi noticiada em 05 reportagens, representando 15,6%.

TABELA 7. A disputa pela autenticidade das fitas e dos áudios

Data	Título	Duração
20/05/2017	Peritos analisam fita com conversa entre Michel Temer e Joesley Batista	11min22s
22/05/2017	Perito contratado por Temer vê 'pontos de obscuridade' em gravação	04min36s
22/05/2017	Supremo determina perícia oficial nas gravações de Joesley	05min55s
23/06/2017	Perícia nas gravações de Joesley e Temer conclui que não houve edição	02min07s
2706/2017	Presidente da OAB analisa para o JN trechos recuperados das gravações	08min03s
	Total - Reportagens	31min59s

Fonte: Elaboração própria

No dia 20 de maio de 2017, a perícia encomendada pelo jornal Folha de S. Paulo ganhou destaque no telejornal, com a reportagem “Peritos analisam fita com conversa entre Michel Temer e Joesley Batista”. Não obstante, a tentativa de desqualificar um questionamento mais amplo do áudio aparece na voz do jornalista William Bonner ao apontar: “Temer não mencionou que o perito do jornal disse que estava íntegra a parte mais relevante da fita - a que envolve o ex-deputado Eduardo Cunha”. O telejornal insiste na integridade do conteúdo com a matéria: “Dois outros respeitados peritos concluíram que a fita inteira está intacta, sem sinais de adulteração ou edição”.

As provas gravadas em evidências físicas representam segundo Thompson (2002), o fator crucial para que o escândalo tenha consequências dramáticas. O autor cita a investigação do caso Watergate para exemplificar que supostamente o escândalo não culminaria com a renúncia de Nixon, diante da iminência do impeachment, se não fossem descobertas as fitas gravadas secretamente, com evidências incriminadoras das implicações do presidente norte-americano em um encobrimento de verdade. Assim, ao investir na propagação do conteúdo, o JN mantinha o escândalo em evidência, contribuindo para comprometer a imagem pública de Temer.

Na reportagem “Perito contratado por Temer vê ‘pontos de obscuridade’ em gravação”, veiculada em 22 de maio, a legitimidade do áudio voltou a ser tema do JN. A matéria repercutiu os questionamentos do perito Ricardo Molina, contratado pelo Presidente Temer, para auferir a autenticidade do áudio, assim como a qualidade do equipamento em que a conversa foi gravada. A reportagem concedeu voz a Molina que afirmou que a Procuradoria Geral da República (PGR) foi ingênua ao aceitar as provas e que o áudio “está inteiramente contaminado por inúmeras descontinuidades, mascaramentos por ruídos, longos trechos ininteligíveis ou de inteligibilidade duvidosa, e várias outras incertezas”. Mesmo assim, ao final da reportagem, o apresentador Bonner esclareceu que, embora a defesa de Temer insistisse em desqualificar a gravação realizada por Joesley, a PGR incluiu novas provas no pedido de abertura de investigação contra o presidente, entre as quais os depoimentos, documentos de delatores da JBS e

ações controladas e monitoradas pela Polícia Federal. O telejornal apresentou em vídeo novas fontes de acusação, que, diante do conteúdo fixado em um meio físico, fornecia formas de evidências incriminatórias contra o presidente.

A reportagem “Supremo determina perícia oficial nas gravações de Joesley”, exibida em 22 de maio, mostra que, segundo o Ministério Público, Rodrigo Jannot, Procurador Geral da República, não tinha qualquer dúvida sobre a legitimidade dos áudios, pois, segundo indica a matéria, Joesley usou dois gravadores para registrar a conversa. Novamente a reportagem exibiu trechos do áudio em que Temer incentiva a compra do silêncio de Cunha.

Na sequência, a reportagem buscou validar a autenticidade do áudio ao apontar que o jornal O Estado de S. Paulo constatou 14 pontos de edição na gravação de Joesley, mas que os peritos ouvidos pelos jornais atestaram que os pontos que sustentam o inquérito não estão editados. Mais ainda, o JN ouviu a opinião de dois peritos que chegaram à conclusão de que toda a gravação está intacta, sem edições. Por fim, o telejornal concedeu voz a Joesley que afirmou a não edição da gravação, conforme segue: “Eu particularmente registrei o áudio, porque eu achei que seria importante, enfim, estar registrando aquela reunião”. Ao construir a narrativa jornalística baseada na legalidade do áudio, a reportagem do JN auxilia que o escândalo promova um enorme embaraço para os indivíduos envolvidos na questão, dificultando, segundo Thompson (2002), eventuais negações públicas.

O áudio da conversa de Temer com Joesley, estopim do escândalo político, voltou a ser citado pelo JN, em 23 de junho, na reportagem em que peritos oficiais indicam que era íntegra e sem adulteração a gravação feita pelo executivo da JBS. Por fim, no dia 27 de junho, quando houve a denúncia à PGR, a matéria intitulada “Presidente da OAB analisa para o JN trechos recuperados das gravações”, tratou, novamente, da análise dos trechos do áudio, realizada pelo presidente da OAB, Claudio Lamachia. Foi divulgada a íntegra do contexto do diálogo, mas sem a presença dos termos inaudíveis que seguiam nas reportagens anteriores. Além disso, o telejornal reafirmou que os peritos usaram técnicas recomendadas por órgãos de segurança dos Estados Unidos da América para garantir maior legitimidade à investigação.

5.2.4. O mistério das malas com o dinheiro das propinas

Outro fato inusitado que demonstra a dimensão espetacular do escândalo e da cobertura noticiosa refere-se às imagens gravadas e mostradas pelo Jornal Nacional das malas de dinheiro sendo entregues ao deputado Rocha Loures (MDB), aliado de Michel Temer. O título das reportagens traz um caráter cômico mesclado ao tom de denúncia, como “Mistério a solucionar: onde foi parar a mala entregue a Rocha Loures” (22 de maio de 2017) até a matéria que questiona “Mala aparece com menos dinheiro do que delator havia informado” (23 de maio

de 2017) e chega ao desfecho com “Rocha Loures devolve à Justiça os R\$ 35 mil que faltavam em mala”. Representaram 9,4% das notícias sobre o escândalo.

TABELA 8. A apuração e investigação do escândalo

Data	Título	Duração
22/05/2017	Mistério a solucionar: onde foi parar a mala entregue a Rocha Loures	05min05s
23/05/2017	Mala aparece com menos dinheiro do que delator havia informado	07min29s
25/05/2017	Rocha Loures devolve à Justiça os R\$ 35 mil que faltavam em mala	02min48s
	Total - Reportagens	15min21s

Fonte: Elaboração própria

Na tentativa de associar Temer à propina de R\$ 500 mil, recebida pelo ex-deputado Rocha Loures (PMDB) em uma mala, durante encontro com Ricardo Saud, executivo da J&F, na Pizzaria Camelo, em São Paulo, trechos da reportagem sobre as transações entre Loures, Temer, Joesley e Ricardo Saud são reexibidos pelo telejornal na reportagem do dia 23 de maio, com a chamada “Mala aparece com menos dinheiro do que delator havia informado”. O JN exibe, ainda, fragmentos da conversa entre Loures e Joesley, gravadas no dia 06 de março, em que acertam um possível encontro de Temer com o executivo.

A tratativa segue ao indicar que, no dia 7 de março, o encontro entre Temer e Joesley aconteceu no Palácio do Jaburu, às 22h40, e foi gravado pelo empresário. Para construir a narrativa de comprometimento entre Loures e Temer, trechos do áudio são rerepresentados na reportagem. A narrativa segue ao relatar que as investigações apontam que esse dinheiro era apenas parte da primeira parcela de R\$ 500 mil de uma propina que, segundo Joesley, seria paga toda semana ao longo de 20 anos. Em troca, os empresários solicitavam a interferência do governo para ganhar uma disputa no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

4.2.5. A apuração e investigação do escândalo

Por último, o Jornal Nacional dedicou, principalmente, a partir da quarta semana da cobertura a ênfase no processo de apuração e investigação do escândalo, culminando no encaminhamento da denúncia à PGR. Foram 11 matérias publicadas ao longo do período: 01 na segunda semana (26 de maio), 01 na terceira semana (30 de maio), 02 na quarta semana (05 e 06 de junho), 02 na quinta semana (14 e 16 de junho), 03 na sexta semana (20, 21 e 24 de junho) e 02 na última semana (26 e 27 de junho). Observa-se que a partir do dia 05 de junho o foco praticamente foi nesta categoria, apontando para os possíveis desdobramentos jurídicos e legais, com ênfase para fontes como Procuradoria Jurídica da República e Polícia Federal.

TABELA 9. A apuração e investigação do escândalo

Data	Título	Duração
26/05/2017	Janot pede autorização ao STF para ouvir Temer sobre gravações da JBS	06min32s
30/05/2017	Supremo autoriza PF a interrogar Temer no caso das gravações da JBS	02min16s
05/06/2017	PF envia 84 perguntas a Michel Temer sobre delações da JBS	04min47s
06/06/2017	Temer ganha mais tempo para responder às perguntas da PF	05min40s
14/06/2017	Cunha presta depoimento sobre gravações da JBS envolvendo Temer	02min36s
16/06/2017	Joesley confirma à PF declarações sobre Temer e Rocha Loures	03min02s
20/06/2017	PF afirma que provas mostram 'com vigor' que Temer praticou corrupção	07min48s
21/06/2017	PF recupera conteúdo apagado de celular de Rocha Loures	04min25s
24/06/2017	Perícia do áudio de Temer com dono da JBS chega segunda (26) à PGR	06min14s
26/06/2017	PF vê indícios de que Temer deu aval para comprar silêncio de Cunha	03min21s
27/06/2017	Além das delações, gravações foram usadas para fundamentar denúncia	04min51s
	Total - Reportagens	51min32s

Fonte: Elaboração própria

A ênfase na apuração do escândalo começa no dia 26 de maio de 2017, com a chamada “Janot pede autorização ao STF para ouvir Temer sobre gravações da JBS”. A matéria mostra que, apesar de Temer questionar a ilicitude da gravação e a integridade técnica do áudio, não negava ter se encontrado, em horário inoportuno e de maneira secreta, com Joesley Batista. Novamente foram exibidos fragmentos em que Temer indica a necessidade da mesada para que Eduardo Cunha, em troca do silêncio na prisão, além da aprovação do crime cometido por Joesley ao declarar a compra de juízes.

Uma nova midiaticização do áudio tem espaço na reportagem “PF envia 84 perguntas a Michel Temer sobre delações da JBS”, veiculada em 5 de junho, ocasião em que a Polícia Federal encaminha questionamentos a Temer relativos ao inquérito que apura a delação da JBS. Trecho do áudio em que Temer incentiva o pagamento de propina para Eduardo Cunha aparecem outra vez na reportagem. Na matéria veiculada em 6 de junho, com o título “Temer ganha mais tempo para responder às perguntas da PF”, o telejornal informa que a Polícia Federal estendeu o prazo para que Temer responda às 84 perguntas, bases da abertura do inquérito pela PGR contra o presidente peemedebista. Enquanto a reportagem indicava o teor das perguntas, trechos do áudio da conversa entre Temer e Joesley eram reapresentados.

Com um intervalo de nove dias, em 14 de junho, o JN volta a exibir partes do áudio em que Temer aponta a necessidade de manter os valores mensais a Cunha. Ainda que a defesa de Cunha aponte que o então deputado nunca recebeu mesada para ficar calado, a narrativa do JN foi construída no sentido de deslegitimar o depoimento da testemunha, por meio da exposição da prova em áudio. Nesse sentido, nota-se que o telejornal investe na releitura das

informações e os conteúdos simbólicos se desenrolam a partir de um referencial espaço tempo de longa duração (Thompson, 2002).

Em 16 de junho, a reportagem “Joesley confirma à PF declarações sobre Temer e Rocha Loures” relata o depoimento do empresário à Polícia Federal no qual ele reafirma que parte dos R\$ 500 mil entregues a Loures, em São Paulo, iria mesmo para Temer. Ainda, trecho da gravação em que Temer indica Loures como seu interlocutor é reapresentado. A narrativa da reportagem “PF afirma que provas mostram ‘com vigor’ que Temer praticou corrupção” veiculada no dia 20 de junho, expõe que o relatório parcial do inquérito já aponta o presidente como destinatário de vantagens indevidas em função do cargo e associa o pagamento da propina de R\$ 500 mil como acerto pela interferência do governo no CADE em benefício das empresas do grupo JBS.

Novos elementos do escândalo são acionados no dia 21 de junho, na reportagem “PF recupera conteúdo apagado de celular de Rocha Loures”, a qual aponta uma suposta conversa entre Loures e Joesley, ocasião em que o executivo indica nomes para ocupar posições-chave de órgãos da administração pública, como Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Receita.

No dia 24 de junho, a reportagem “Perícia do áudio de Temer com dono da JBS chega segunda (26) à PGR”, destaca novamente a veracidade do áudio, indicando que o laudo da Polícia Federal seria anexado ao inquérito que investiga suposto crime de obstrução da justiça por parte de Temer. Para conferir maior autenticidade ao laudo, o telejornal reafirma que a perícia foi feita pelo Instituto de Criminalística da Polícia Federal, que tem equipamentos modernos e o trabalho reconhecido internacionalmente, e finaliza: “Os peritos apontaram interrupções nos diálogos, mas sem alteração ou manipulação para mudar o teor das conversas. Essas informações foram confirmadas por duas fontes de diferentes órgãos. Ou seja: não houve edições, e a gravação é íntegra e sem adulteração”.

No dia 26 de junho, o áudio voltou a ser mencionado na reportagem “PF vê indícios de que Temer deu aval para comprar silêncio de Cunha”. A matéria aponta que, apesar de encontrar 294 descontinuidades, o laudo da PF é contrário ao do perito Ricardo Molina, contratado por Temer, pois “tais descontinuidades são compatíveis com as decorrentes de interrupção no registro das amostras de áudio por atuação de mecanismo de detecção da pressão sonora do equipamento gravador”.

Por fim, em 27 de junho, data em que o Procurador Geral da República apresentou a denúncia formal contra Temer, trechos da gravação voltaram a ser exibidos na reportagem “Além das delações, gravações foram usadas para fundamentar denúncia”.

5. Conclusões

O Jornal Nacional aproveitou o furo jornalístico promovido por O Globo, jornal que compõe o rol de empresas das Organizações Globo, para garantir seus índices de audiência. Ao veicular 32 vezes, em um período de 44 dias, o áudio da conversa entre o presidente Temer e o empresário Joesley Batista, o telejornal conduziu as notícias produzidas a partir do episódio a uma “mídiatização ampliada”, conforme teoriza Thompson (2002). Além disso, as provas armazenadas em bens duráveis, como gravações de áudios e imagens, entre outros meios, não deixam dúvidas. Nessa condição, elas dão poucas margens para manipulações e podem ser reproduzidas conforme captadas.

Embora Temer tenha garantido no Congresso Nacional a continuidade de seu mandato, em votação que deliberava sobre prosseguimento ou não da denúncia apresentada pela PGR ao Supremo Tribunal Federal, seu governo continuou avaliado como impopular e corrupto, a partir das acusações feitas tanto pela oposição como pela própria mídia – especialmente a TV Globo – sobre compra de parlamentares para derrubar o pedido de investigação no Congresso.

Thompson (2002) considera a corrupção o principal elemento de um escândalo político-midiático. Isso porque a sociedade não compactua com a transgressão de valores morais e de leis ou regras sociais. Esses elementos chamam o interesse dos veículos de comunicação para a produção de bens simbólicos que tenham caráter espetacular e prendam a atenção do público, garantindo seus índices de audiência.

No entanto, a mídia, por ocupar um espaço de centralidade nas sociedades contemporâneas, acaba tornando-se o principal referencial de mundo e serve tanto para o agendamento de fatos ou pode optar pelo silenciamento. Isso ficou muito evidente nas gestões do então presidente Fernando Henrique Cardoso quando a grande imprensa tratou pouco de assuntos como crise, compra de votos para reeleição e temáticas que pudessem contribuir para uma imagem negativa do governo tucano. Já nos governos do PT houve uma grande ênfase nos fatos que geraram impacto negativo, desde o Mensalão em 2005 até a grave crise institucional e política que levou ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff. No caso em análise – sobre as denúncias de corrupção envolvendo o presidente Michel Temer – observa-se, por parte da Globo, com destaque para o que foi evidenciado na cobertura do Jornal Nacional, que houve uma postura semelhante. Não existem ainda justificativas claras, sobre o que teria levado a Globo a romper naquele momento com o governo Temer e apresentar um noticiário tão negativo sobre o escândalo, já que grupos da grande mídia como Folha mostraram-se bem mais moderados.

Depois de contribuir para a queda da presidente Dilma, parte da mídia, como foi o caso da Globo, também atuou para desequilibrar o governo Temer. Constatase, obviamente, que, mantido no poder, o presidente voltou a contar com a colaboração da grande imprensa e, em especial, dos veículos

das Organizações Globo para vender a ideia de um país com retomada do crescimento, saída da crise e a defesa da Reforma da Previdência.

Referências

- AZEVEDO, F. (2010). Corrupção, Mídia e Escândalos Midiáticos no Brasil. *Revista Em Debate*, 2(3), pp. 14-19. Recuperado de https://www.pucsp.br/neamp/artigos/arquivos/artigo_97.pdf
- BARDIN, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- SECOM. (2016). BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa Brasileira de Mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília, SECOM. Recuperado de: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>
- FAUSTO NETO, A. (2008). Fragmentos de uma analítica da midiaticização. *Revista Matrizes*, 1(2), pp. 89-105. Recuperado de: <https://pt.scribd.com/document/88628782/Fragmentos-de-uma-analitica-da-midiaticacao-Fausto-Neto-Rev-Matrizes-2008>
- _____. (2010). A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, A.; VALDETTARO, S. (Orgs). *Mediatización, Sociedad y Sentido: diálogos entre Brasil y Argentina*. Departamento de Ciências da Comunicación: Universidad Nacional de Rosario.
- LIMA, V. A. de. (2006). *Mídia. Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.
- LULL, J.; HIMERMAN, S. (Eds.). (1997). *Media scandals: Morality and desire in the popular culture marketplace*. New York: Columbia University Press.
- GARRARD, J.; NEWELL, J. (2006). *Scandals in Past and Contemporary Politics*. Manchester: Manchester University Press.
- GOMES, W. (2004). *As transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus.
- GUAZINA, L. (2011). Jornalismo em busca da credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão. *Tese de doutorado*. Universidade de Brasília – UNB, 256 p.
- MARTÍN-BARBERO, J. (2000). O medo da mídia – política, televisão e novos modelos de representação. In: DOWBOR, L. et al. (Orgs.). *Desafios da comunicação*. Petrópolis: Vozes.
- POCHMANN, M. (2017). De volta a 1872, elite que apoia temer empurra os pobres de novo para o serviço doméstico. Recuperado de: <http://www.planetaasasco.com/ultimas-noticias/45347-pochmann-de-volta-a-1872-elite-que-apoia-temer-empurra-os-pobres-de-novo-para-o-servio-domestico> Acesso em: 20/09/2017.
- ROSA, A. M. (2011). *O conceito de escândalo: entre a realidade midiática e a realidade antropológica*. In: VII CONGRESSO SOPCOM. . Anais...Porto, Universidade do Porto, 1: 1166-1183.
- SANTOS, W. G. dos. (2017). *Democracia Impedida*. O Brasil no Século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SOUZA, J. (2016). *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya.
- THOMPSON, J. B. (2002). *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes.
- WAISBORD, S. (2000). *Watchdog journalism in South America: News, democracy and accountability*. New York: Columbia University Press.